

1 Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e vinte e cinco
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração
3 Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília,
4 Distrito Federal, iniciou-se a Quinta Sessão Plenária do Décimo Sétimo Plenário do Conselho
5 Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião entre conselheiros e convidados: Ana
6 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Norma Celiane Cosmo, Pedro Paulo Gastalho de
7 Bicalho, Iolete Ribeiro da Silva, Clarissa Paranhos Guedes, Marisa Helena Alves, Júnia Maria
8 Campos Lara, Rosane Lorena Granzotto, Fabián Javier Marin Rueda, Maria Márcia Badaró
9 Bandeira, Daniela Sacramento Zanini, Paulo Roberto Martins Maldos, Fabiana Itaci Corrêa de
10 Araujo, Jureuda Duarte Guerra, Andréa Esmeraldo Câmara, Regina Lúcia Sucupira Pedroza,
11 Sandra Elena Sposito, Cleia Oliveira Cunha e Elizabeth de Lacerda Barbosa. Pedro Paulo deu
12 início à Sessão Plenária saudando a todos dando um informe sobre a composição do Conselho
13 Editorial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão, que foi designado da seguinte forma: um
14 membro da Região Sul (Adolfo Pizzinato, do Rio Grande do Sul), um membro da Região
15 Sudeste (Anna Paula Uziel, do Rio de Janeiro), um membro da Região Centro Oeste (Daniela
16 Zannini, de Goiás) e dois membros da Região Nordeste (Carolina Reis, do Ceará, e Marilda
17 Castelar, da Bahia), pois não foi possível ter um representante da Região Norte. A
18 composição do Conselho adotou como critério a indicação de conselheiros com experiência
19 em editoria de revistas científicas, atentando à diversidade regional. Rosane Granzotto
20 informou que participará de audiência pública sobre o Dia Internacional da Luta Contra a
21 LGBTFobia e a defesa da Resolução CFP nº 001/1999, no dia dezessete de maio na
22 Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O objetivo é colher a assinatura de todos
23 os deputados participantes para buscar apoio em defesa da resolução. Ana Sandra informou
24 sobre a reunião do Conselho Nacional de Saúde, onde foi aprovada a moção de repúdio contra
25 a nota da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e do Conselho Federal de Medicina, foi
26 aprovada também a recomendação da Comissão Intersetorial de Saúde Mental (CISM), sobre
27 a retirada das comunidades terapêuticas do rol de estabelecimentos de saúde, pois não
28 obedecem o que a legislação exige. A próxima reunião da CISM será realizada durante o III
29 Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental, na cidade de Florianópolis, em junho. Ana
30 Sandra Fernandes informou que em conversa com Carmen Lúcia, coordenadora da Comissão
31 Intersetorial de Política para as Mulheres, foi sugerido que o CFP avalie a possibilidade de
32 realizar e disparar conferências livres nos estados e municípios para discutir a saúde mental
33 com as mulheres, ou realizar uma conferência livre para apontar propostas para a conferência
34 nacional. Não houve encaminhamento sobre esse assunto. Paulo Maldos informou que teve
35 reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH) no dia seis de maio, com uma fala inicial
36 de Rogério Giannini, que deu posse aos membros da CDH. Houve um relato sobre a história
37 da CDH em suas diversas instâncias de atuação, bem como foi realizado um debate sobre a
38 política de direitos humanos. Paulo Maldos apresentou a listagem dos encaminhamentos
39 obtidos na reunião para conhecimento e deliberação do Plenário. Informou que houve
40 indicação do psicólogo Ematuir Teles, escolhido pelos integrantes da CNDH, para substituir
41 Pedro Paulo na qualidade de representante do CFP no grupo de trabalho sobre o processo
42 transexualizador do Conselho Federal de Medicina. Pedro Paulo ressaltou que o processo de
43 indicação de representante ocorreu no momento em que a Diretoria tomou posse, quando
44 houve a necessidade de indicar representantes do CFP nos espaços de representação.
45 Comunicou que o pedido de substituição se deu devido às agendas atribuídas da Diretoria.
46 Contudo, Sandra Sposito questionou a indicação de um representante que não faz parte deste
47 Plenário e ressaltou que o pactuado em reunião Plenária é que a indicação de representantes


48 para os espaços em que o CFP atua deve ser composta de conselheiros e, quando não for
49 possível, o Plenário deve ser consultado para verificar a disponibilidade de indicar outro
50 representante. Ana Sandra Fernandes sugeriu que Sandra Sposito seja a titular do GT e
51 Ematuir Teles seja o suplente. Os presentes concordaram com as indicações. Sandra Sposito
52 reforçou a importância de o suplente acompanhar a próxima reunião do GT, de forma que o
53 CFP garanta sua participação. Paulo Maldos informou que a CDH propôs a realização de um
54 Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos para demarcar os 20 anos da criação da
55 CDH-CFP, com tema geral "Psicologia e direitos humanos em tempos de reconstrução
56 democrática", com previsão de realização para agosto deste ano. Paulo Maldos enfatizou que
57 o projeto do seminário está em construção. Após discussões, foi acordado entre os presentes
58 que, na próxima Plenária, Paulo Maldos apresentará o projeto do seminário incluindo
59 informações orçamentárias e custeio. Ana Sandra Fernandes sugeriu que a CDH produza um
60 texto para disparar aos Regionais convidando-os para a discussão em debates regionais, a fim
61 de transformar a discussão a nível nacional. Propôs ainda que a discussão seja iniciada em
62 agosto, tendo em vista o curto prazo para realização do seminário. Márcia Badaró perguntou
63 sobre a possibilidade de levar esse ponto para a APAF, entretanto, Ana Sandra informou que
64 não é possível mais incluir pontos de pauta, mas é possível solicitar à mesa da APAF que seja
65 dado um informe sobre o seminário. Pedro Paulo sugeriu que seja convidada(o) uma(um)
66 psicóloga(o) que participou da primeira composição da CDH para participar do seminário, se
67 possível, a psicóloga Cecília Coimbra, que foi a primeira presidente da CDH. Pedro Paulo
68 informou que a CDH está elaborando um projeto de Inspeção Nacional para o ano de dois mil
69 e dezoito. Norma Cosmo sugeriu que seja feita uma reavaliação do material da última
70 inspeção nacional. O Plenário aprova a realização da Inspeção Nacional em dois mil e
71 dezoito. Paulo Maldos informou ao Plenário sobre a intenção da CDH de se articular com a
72 União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi), de modo a pensar ações e
73 manifestações em conjunto sobre a situação de restrição de direitos e ataque aos direitos
74 humanos na América Latina. Ana Sandra Fernandes informou que o CFP recebeu a
75 solicitação para que assumisse a coordenação da Ulapsi, entretanto, provisoriamente a
76 coordenação está sendo feita por Inea Areoli, tendo em vista sua expertise acumulada ao
77 longo do tempo. Ressaltou ainda que, momentaneamente, a coordenação das atividades será
78 feita por Inea Areoli e a articulação com o Plenário do CFP continuará sendo feita por ela.
79 Rosane Granzotto reforçou que este Plenário deve se preparar para assumir a coordenação da
80 Ulapsi. Fabián Rueda enfatizou que este Plenário deve pensar na possibilidade de outra
81 entidade assumir a coordenação com o apoio do CFP. Sandra Sposito retomou a discussão
82 sobre a representação do CFP nos espaços, tendo em vista que as representações deverão ser
83 discutidas em Plenária. Sugeriu que esse assunto seja pautado posteriormente considerando o
84 olhar estratégico que o CFP tem em relação à Ulapsi. Fabián Rueda reforçou que é importante
85 pautar também a Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS Psi) no futuro, tendo
86 em vista a importância do tema. Ana Sandra Fernandes reforçou que este Plenário pode rever
87 os encaminhamentos quanto aos temas BVS Psi e Ulapsi na próxima Sessão Plenária. Foi
88 decidido pelos presentes que Ana Sandra Fernandes apresentará a proposta na próxima
89 reunião telefônica com a Ulapsi, solicitando, inclusive, que o representante da CDH participe
90 das reuniões. Paulo Maldos informou que Samuel Pinheiro Guimarães, referência na temática
91 sobre articulações latino-americanas, se colocou à disposição deste plenário para realizar um
92 debate com enfoque na contextualização sobre a América Latina e direitos humanos. Pedro
93 Paulo informou que na próxima Plenária será trazido um convidado para falar com o Plenário
94 sobre a seguridade social. Paulo Maldos informou que a CDH propôs a realização de reuniões

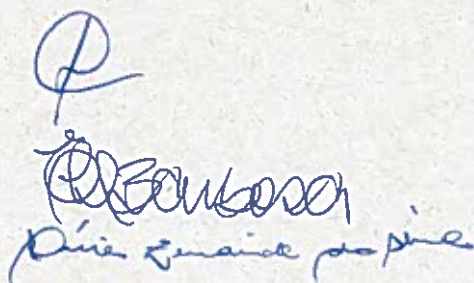
95 por teleconferência e presencialmente, preferencialmente, em locais onde aconteceram
96 violações a direitos humanos. Informou ainda que a CDH criou um grupo de trabalho para
97 realizar o levantamento e sistematização da memória da CDH do CFP, bem como entrará em
98 contato com os grupos que tratam com Memória e Verdade, do Comitê Nacional de
99 Prevenção e Combate à Tortura e do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.
100 Paulo Maldos reforçou a necessidade de resgatar práticas de manifestações e intervenções
101 públicas, chamando a atenção para os atos de agressão aos direitos humanos, seja por meio de
102 atos públicos de visibilidade (kit manifestação) ou por meio de mobilizações escritas.
103 Enfatizou que a CDH vai trabalhar em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos dos
104 Regionais, de modo a articular e apoiar as ações do Sistema Conselhos. Paulo Maldos relatou
105 que a CDH poderá participar de eventos e congressos da Psicologia e direitos humanos para
106 promover a articulação com entidades do FENPB, como por exemplo, a ABRAPSO, ABEP,
107 ABRAPEE, ABRASME, e outros espaços de interlocução, reforçando que tais eventos não
108 têm caráter acadêmico. Sandra Sposito perguntou quais serão os critérios para elaboração de
109 notas pelas comissões e reforçou a necessidade de estabelecer um
110 procedimento quanto à publicização de notas, principalmente quando há emissão de nota da
111 comissão e não há manifestação do CFP. Ana Sandra Fernandes relatou que foi realizada
112 reunião com a Assessoria de Comunicação do CFP com o objetivo de estabelecer os fluxos de
113 trabalho. Ressaltou que a proposta está em construção no momento e tão logo seja finalizada,
114 será apresentada a esse Plenário. Contudo, entende que há uma necessidade de construir um
115 método para elaboração de texto base em caráter de urgência para responder questões
116 emergenciais que demandam manifestação do CFP, por essa razão, os conselheiros com
117 acúmulo nos temas são chamados a colaborar na construção de textos e notas, bem como os
118 membros da CDH. Iolete Ribeiro falou sobre a limitação dos canais de comunicação de
119 contato entre os conselheiros, e ficou decidido pela criação de um e-mail coletivo para uso
120 dos conselheiros. As minutas de notas serão encaminhadas no e-mail do grupo para discussão
121 e construção coletiva. Jureuda Duarte informou que haverá um evento no Estado do Pará
122 sobre 'Memória e Verdade', e entende que é importante contar com a participação do Paulo
123 Maldos. Ana Sandra Fernandes informou que essa solicitação pode ser encaminhada junto à
124 coordenação do CFP. Pedro Paulo enfatizou sobre a importância de retomar aos pontos de
125 pauta, dando início à apreciação das atas. **1. Ata da 3ª Plenária do XVII Plenário do CFP:**
126 Pedro Paulo apresentou a ata do primeiro dia de reunião da Terceira Sessão Plenária, que foi
127 aprovada sem destaque. Nesse momento foi constatado que os conselheiros receberam a ata
128 sem correções e foi acordado que a ata do segundo dia da Terceira Sessão Plenária e a ata da
129 Quarta Sessão Plenária serão apreciadas na próxima Sessão Plenária, juntamente com as atas
130 da Quinta Sessão Plenária. Todos concordaram. **1.4. Resoluções. 1.4.1. Resolução CFP nº**
131 **013/2007 (Institui a Consolidação das Resoluções Relativas ao Título Profissional de**
132 **Especialistas em Psicologia).** Rosane Granzotto informou que a resolução não foi
133 encaminhada para os Regionais debaterem em seus Plenários. Ana Sandra Fernandes entende
134 que por esta razão não seria possível apresentar a minuta para deliberação da APAF. Os
135 presentes acordaram que a delegação do CFP solicitará que a minuta seja apreciada na APAF
136 de dezembro de dois mil e dezessete, considerando a determinação judicial de 7 de março de
137 2016 materializada no parecer nº 5994-36.2013.4.01.3800; considerando que as sugestões do
138 CFP para a Resolução CFP nº 13/2007 não foram enviadas nas remessas de material de
139 subsídio da APAF para os Regionais; considerando que o novo marco regulatório dos cursos
140 de especialização ainda não foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação; e,
141 considerando que a decisão final da justiça ainda não proferida. Ficou decidido que Rosane

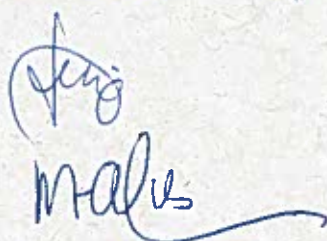
142 Granzotto acompanhará as tratativas sobre esse assunto com a Gerência Técnica e a
143 Assessoria Jurídica para trazer à APAF uma orientação sobre como os Regionais devem
144 proceder com relação à concessão de títulos. Os presentes entenderam que a minuta da
145 resolução poderá ser apreciada posteriormente, tendo em vista a necessidade de retomar os
146 demais pontos da APAF. **1.4. Resoluções. 1.4.3. Publicação da Resolução que Institui a**
147 **Política de Orientação e Fiscalização.** Júnia Lara fez a leitura da minuta da resolução e do
148 material da delegação do CFP, que será apresentado na APAF por Clarissa Guedes. Ficou
149 acordado que a delegação do CFP vai sugerir que os pontos onze e doze, Revisão do Código
150 de Processamento e Consolidação das Resoluções, respectivamente, pautados pelo CRP
151 06/SP, sejam discutidos no momento da apreciação da minuta da resolução. **3. Pontos**
152 **Financeiros.** Norma coloca em pauta a aprovação do orçamento do CFP e a inserção do
153 recurso do CRP-20 no orçamento, assuntos já discutidos. Acompanhamento financeiro e
154 orçamentário da gestão do exercício de 2017 do CFP. Pedro Paulo ressalta que é importante
155 esclarecer a alegação de que houve um descontrole orçamentário em 2012, pois a informação
156 que está sendo veiculada contradiz o déficit. Solicita também que seja discriminado o que foi
157 gasto da conta revista em 2016. Norma solicita que o recurso da revista volte para a conta
158 diálogos, o que é aprovado. Por unanimidade este Plenário aprova a prestação de contas do
159 CFP – exercício 2016, com os detalhamentos necessários para apresentação na APAF. Sobre
160 o orçamento do CRP 01, houve um acréscimo de recursos e precisa de aprovação do CFP.
161 Aprovadas as alterações. Ana Sandra aproveita para dar um informe sobre a Resolução do
162 CRP 01 que anula o último concurso público, frisando que o CFP não pactuou com esta
163 decisão, e nem mesmo soube que ela seria tomada, ficando sabendo pela mídia. O CFP,
164 quando soube, fez um Ofício para o CRP 01 demonstrando sua surpresa e manifestando sua
165 discordância com semelhante ato. Plenária interrompida para almoço. Pedro Paulo abre o
166 período da tarde com um informe quanto a dois pontos urgentes, que se impõem tendo em
167 vista as datas, um sobre avaliação psicológica e o outro ponto da Regina. Fabián Rueda
168 apresenta o ponto 8. **apreciação do uso compartilhado instrumento psicológico Neupsilin,**
169 tendo em vista a necessidade da tomada de providências por parte do Plenário. Explicou que o
170 Neupsilin foi desenvolvido por uma psicóloga e uma fonoaudióloga, que em 2013 passou por
171 avaliação do sistema de avaliação de testes psicológicos (SATEPSI) e foi considerado um
172 teste psicológico de uso restrito dos psicólogos. Entretanto, o Conselho Federal de
173 Fonoaudiologia (CFFA) impetrou ação contra o CFP questionando o uso privativo do teste
174 por psicólogos. Na ocasião, foi criado um grupo de trabalho composto pelo CFP e CFFA, para
175 avaliar o uso compartilhado do teste, tendo em vista que alguns construtos do instrumento são
176 exclusivos de psicólogos e outros resultados que o teste fornece poderiam ser utilizados por
177 fonoaudiólogos. Fabián Rueda e Daniela Zanini ressaltaram que a Comissão Consultiva de
178 Avaliação Psicológica (CCAP) entende que o CFP deve convidar o Instituto Brasileiro de
179 Avaliação Psicológica (IBAP) e a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos
180 (ASBRO) para contribuir nas discussões sobre o uso do teste Neupsilin, para, posteriormente,
181 tomar como base o primeiro encaminhamento relacionado ao CFFA para disparar discussões
182 maiores sobre o uso privativo de outros testes. Fabián Rueda solicitou que a Diretoria do CFP
183 faça um novo contato com o CFFA a fim de articular o agendamento de uma reunião para
184 solicitar tratar da retomada do grupo de trabalho com o CFFA. Sandra Sposito reforçou que é
185 importante abrir espaços de diálogos para discutir o uso dos testes no Sistema Conselhos, bem
186 como garantir que o CFP seja o disparador dessa discussão coletiva. Os presentes
187 concordaram em dar encaminhamento às proposições citadas acima. Regina Pedroza fez um
188 informe sobre um pedido de posicionamento do CFP para o Fórum dos Conselhos Federais da

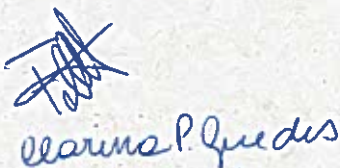
189 Área da Saúde (Conselhinho), quanto ao Projeto de Lei nº 7050/2017, de autoria do Deputado
190 Federal Victório Gali - PCS/MT, que altera o artigo 5º da Lei nº 12.514/2011, para determinar
191 a cobrança de anuidade após os primeiros trinta e seis meses de registro nos respectivos
192 conselhos profissionais Regionais e apontar as isenções já existentes no Sistema Conselhos
193 para os profissionais recém-inscritos. Ressaltou que o posicionamento do CFP deverá ser
194 levado a reunião do Fórum, no próximo dia vinte e cinco de maio. Ana Sandra Fernandes
195 ressaltou que o Projeto de Lei versa sobre o orçamento do CFP de modo que interfere na
196 autonomia do Sistema Conselhos. Reforçou que a fiscalização profissional acontecerá de
197 qualquer forma, mesmo que o recém-inscrito tenha isenção do pagamento da anuidade, ou
198 seja, o trabalho dos Conselhos continuará acontecendo. Ana Sandra Fernandes entende que
199 esse assunto deve ser pautado para discussão no Conselhão. Para tanto, solicitou que a
200 Secretaria Executiva do CFP produza material de subsídio para que o Conselheiro Presidente,
201 Rogério Giannini, apresente na reunião do Conselhão. Sandra Sposito ressaltou que o Projeto
202 de Lei apresenta uma interferência na capacidade de legislar e regulamentar dos Conselhos
203 Profissionais, contudo, o CFP tem competência de legislar sobre esse assunto e pode
204 apresentar propostas alternativas sobre isenções. Como encaminhamento, os presentes
205 acordaram em propor ao Conselhinho a discussão do mérito desse Projeto de Lei, pois, é
206 preciso problematizar a interferência do Congresso Nacional na capacidade de
207 regulamentação e legislação dos Conselhos Profissionais. Ana Sandra reforçou que a união
208 dos conselhos de classe é fundamental para combater a ingerência do Congresso Nacional.
209 Pedro Paulo retomou a discussão dos pontos de pauta da APAF. **1.4. Resoluções. 1.4.2.**
210 **Minuta de Resolução do Portal da Transparência.** Pedro Paulo informou que em fevereiro
211 de dois mil e dezesseis o CFP foi notificado pelo Tribunal de Contas da União para adotar
212 medidas quanto à criação e implementação do Portal da Transparência do Sistema Conselhos,
213 cujo prazo para alimentação dos dados encerra no próximo dia vinte e oito de maio. Pedro
214 Paulo ressaltou que nem todas as informações do CFP vão para o Portal, tendo em vista a
215 limitação de divulgação das informações consideradas sigilosas. Para tanto, será levada para
216 apreciação da reunião de presidentes que antecede a APAF a minuta de resolução que visa
217 regulamentar o que deve ser inserido no Portal. **2. Processos Éticos – Designação de**
218 **Relatoria.** Foram designados relatores para os processos éticos, conforme segue: Processo
219 Ético CFP nº 904/2017 (CRP-08/PR): Daniela Sacramento Zanini; Processo Ético CFP nº
220 910/2017 (CRP-05/RJ): Fabiana Itaci Corrêa de Araújo; Processo Ético CFP nº 916/2017
221 (CRP-05/RJ): Andréa Esmeraldo Câmara; Processo Ético CFP nº 937/2017 (CRP-07/RS):
222 Regina Lúcia Pedroza Sucupira. **Ponto de APAF 1.4. Resoluções. 1.4.2. Revisão da**
223 **Resolução CFP nº 035/2015 (Institui a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência**
224 **Social – CONPAS) no Âmbito do Conselho Federal de Psicologia.** Fabiana Itaci informou
225 aos presentes sobre a reunião realizada nos dias oito e nove de abril, com representação dos
226 Regionais, para tratar da CONPAS. Ana Sandra aponta que é preocupante que uma comissão
227 seja legislada com vinte e quatro membros: o CFP e todos os Regionais, sobretudo com
228 relação ao custeio. Na discussão da minuta da CONPAS foi ressaltado que não está claro que
229 as proposições quanto ao custeio para os encontros será submetida ao CFP. Ana Sandra
230 entende que essa Comissão deveria ser da APAF. Ana Sandra entende que deve ficar claro
231 quem será responsável pelo custeio das ações e encontros propostos pela CONPAS. Fabiana
232 Itaci ressaltou que a comissão é do CFP, porém tem um caráter nacional com representação de
233 todos os Regionais. No texto da minuta não está claro que a Comissão é do CFP, em
234 momentos cita que a Comissão será apreciada e aprovada em APAF, ou seja, o texto está
235 dúbio em vários momentos. Ana Sandra Fernandes salienta que estaria sendo aprovado, com a

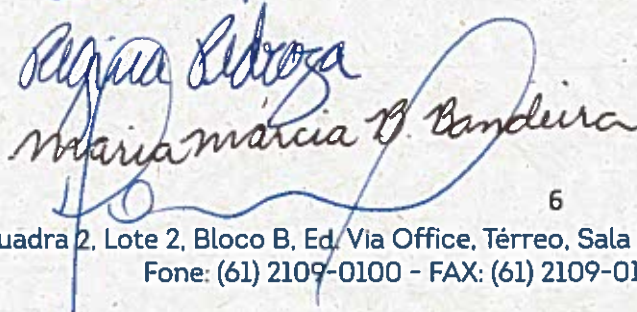
236 resolução, um custo não previsto na dotação orçamentária. Solicitou ainda que seja realizado
237 com urgência um levantamento orçamentário do impacto que a realização das reuniões (três
238 reuniões da comissão executiva com participação de oito membros e duas reuniões da
239 comissão nacional) causará nas contas do CFP. O levantamento deve ser apresentado antes da
240 APAF. Pedro Paulo ressaltou que durante a APAF é possível rever a quantidade de reuniões
241 propostas pelos representantes da CONPAS. Pedro Paulo sugeriu que seja levado à APAF
242 como proposição apontada pelos delegados do CFP, que pelo caráter nacional da comissão é
243 que o custeio seja da Conta Revista nos moldes da APAF. Norma ponderou que no caso de
244 aprovação da resolução em APAF, esta não poderá ser executada, tendo em vista que seria
245 necessário reformular o orçamento do CFP, pois o gasto não foi previsto. E ainda deveria ser
246 pautado na próxima APAF, de dezembro de 2017. Ana ressaltou que o texto da resolução
247 possui vícios, principalmente quando utiliza o termo 'no mínimo' para tratar da quantidade de
248 reuniões. Esse argumento poderá ser utilizado em APAF. Pedro ressaltou que o argumento da
249 delegação do CFP deve ser sob a perspectiva do argumento de que a comissão tem caráter
250 nacional. Ana Sandra fez os agradecimentos finais e encerrou a reunião às dezessete horas e
251 quarenta e dois minutos. Essa ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho,
252 Conselheiro Secretário, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e
253 referenciado _____


Daniele S. Taminari


Dina Guaido de Almeida


Malu


Carolina P. Queiroz


Regina Roberto
Maria Márcia B. Bandeira